

Nota Introdutória

Com o presente dossiê temático “Educar nas (Ultra)periferias: identidades, poderes, desafios”, da *Revista Lusófona de Educação* pretendeu-se ampliar o debate académico sobre os sistemas de educação nas regiões ultraperiféricas (RUP) da Europa: Guiana Francesa, Guadalupe, Martinica, Maiote, Reunião e São Martinho (França), os Açores e a Madeira (Portugal) e as Ilhas Canárias (Espanha), que no seu conjunto acolhem cerca de 4,8 milhões de cidadãos.

As RUP, embora afastadas geograficamente dos centros físicos de decisão e de poder, integram a União Europeia com todos os direitos e deveres associados à adesão. Todavia, “de acordo com o artigo 349.º do *Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia* (TFUE), as medidas específicas e as derrogações na legislação da União Europeia (EU) ajudam estas regiões a lidar com os grandes desafios que enfrentam devido ao afastamento geográfico, à insularidade, à pequena superfície, ao relevo e clima difíceis e à dependência económica de um pequeno número de produtos.” (Comissão Europeia, s.d.)

Pelo TFUE, o estatuto específico atribuído às Regiões Ultraperiféricas tem permitido, desde 2004, o desenvolvimento de estratégias europeias em prol dos desafios que se colocam a estas regiões, sobretudo no apoio e na exploração dos seus ativos. Paulatinamente, a Comissão Europeia consagrou as especificidades das RUP em 21 das suas propostas para futuros programas da UE, dos quais, no âmbito das políticas de educação e investigação, destacamos: os programas Erasmus + e o Corpo Europeu de Solidariedade intensificando, deste modo, por exemplo, a cooperação das RUP com países terceiros e a iniciativa “Alargamento da Partilha e Difusão da Excelência” do programa Horizonte Europa com o intuito das RUP desenvolverem e ampliem o seu

potencial, num quadro mais amplo e em construção e que se tem afirmado como Espaço Europeu da Educação.

É neste contexto, de ampliação do seu potencial, que evocamos Paulo Freire (1997) quando afirma “que se impõe o reexame do papel da educação que, não sendo fazedora de tudo é um fator fundamental na reinvenção do mundo”. A educação é, por si só, sinónimo de esperança, de empoderamento e de transformação social, pelo que a opção por modelos *extensionistas* de educação coisificam o seu potencial transformador, normalizando-a, submetendo-a a uma Agenda Global, *messiânica*, propagandística, e de domesticação (Freire, 2002). Este cenário possível impõe reconhecer que “a linha abissal que divide o mundo entre sociabilidade (e subjetividade) metropolitana e sociabilidade (e subjetividade) colonial prevalece hoje tanto quanto no tempo do colonialismo histórico”, [não havendo] qualquer possibilidade de libertação enquanto a linha abissal não for confrontada.” (Santos, 2018, p. 478)

Em linha com Santos (2018), recorre-se a Teodoro (2001) e colocamos igualmente à discussão a reconstituição do Estado, a normalização da política educativa ou a substituição da política pelo planeamento na senda de uma intimação europeia, ou ainda a legitimação internacional de um novo mandato para a educação. Nestes cenários discursivos e que abrem espaço a múltiplas análises críticas, considera-se igualmente que “o processo de globalização faz com que a vinculação territorial do poder seja mais frouxa. As formações de poder transnacionais, que surgem como “quase-Estados”, não estão vinculadas a qualquer território determinado. Não são telúricas.” (Han, 2017, p. 107) Todavia, “o poder é centralizador” e “se o seu impulso em direção ao uno o estabelece como algo de absoluto, então o que subsiste ao seu lado, ou o múltiplo, é percebido somente como aquilo que tem de ser suprimido”. (Han, 2017, p.108). Confrontamo-nos, portanto, com processos antidialógicos, com invasão cultural, conquista e manipulação (Freire, 2018).

Adentrando na especificidade do Dossiê, pretendeu-se receber contributos que nos ajudassem a analisar e a refletir criticamente o posicionamento dos sistemas educativos das RUP nas narrativas locais, regionais, nacionais e transnacionais da educação, desvelando identidades, poderes e desafios. Procurou-se não só a compreensão das lógicas de interesse, conflito, poder e negociação da arena da política educativa nas RUP, como se buscaram conceções problematizadoras da educação, de dialogicidade e de práticas libertadoras. Para isso, as propostas a submeter a esta *Call* deveriam ir ao encontro dos respetivos eixos temáticos do Dossiê, podendo as sugestões de artigos estarem associadas aos seguintes questionamentos: Que modelos organizacionais e perspetivas analíticas e comparativas têm sido desenvolvidos nos sistemas educativos das RUP?; Qual ou quais os quadros teóricos dominantes na conceção, desenvolvimento e execução de modelos e práticas da administração educacional nas RUP?; Como se alicerça a gestão do currículo escolar nas RUP face às dimensões e

pressões ideológicas, globais e locais, da política educativa? Que narrativas, identidades e poderes corporificam o quadro político e histórico da educação nas RUP? Que desafios se colocam à educação do século XXI nas RUP?

Determinou-se como eixos temáticos do dossiê, os seguintes:

1. Os sistemas educativos das Regiões Ultraperiféricas.
2. Modelos e práticas de administração educacional nas Regiões Ultraperiféricas: extensões e/ou idiossincrasias.
3. O currículo, o global e o local nas Regiões Ultraperiféricas.
4. O quadro político e histórico da educação nas Regiões Ultraperiféricas: narrativas, identidades e poderes.
5. Os desafios da educação nas Regiões Ultraperiféricas.

Considerando estes cenários o dossiê acolheu sete propostas de artigo que agora se publicam e que desvelam algumas das idiossincrasias estabelecidas nos eixos temáticos propostos, mas que, por outro lado, alertam para um determinado silêncio epistemológico sobre a ação das RUP relativamente aos questionamentos do dossiê. Isto é, dos diversos comentários e contactos estabelecidos com os autores verificou-se que a produção científica em torno destes eixos temáticos no campo de ação das RUP ainda é reduzida e dispersa.

Isabel Valente e Marcelo Furlin abrem este dossiê com o artigo *A educação para a cidadania pleniférica: um desafio premente da contemporaneidade* onde pretendem desvelar o conceito inovador de cidadania pleniférica, que promove o movimento semântico, político e ideológico das periferias ao centro. Nesse vértice, a educação para a cidadania pleniférica é imperiosa, com vistas ao desenvolvimento do espírito crítico do indivíduo e de sua capacidade para a compreensão do pluralismo e de suas diversas manifestações no mundo contemporâneo.

Thierry Malbert apresenta-nos um texto sobre *Educação familiar e apoio parental: políticas públicas, sistemas e práticas na Ilha da Reunião*. O autor questiona, na sociedade reunionesa, as dificuldades da relação pais / profissionais de educação na implementação de uma verdadeira abordagem coeducativa, abrindo alguns caminhos de reflexão epistemológica sobre esta temática a partir de vários resumos dos resultados de pesquisas realizadas sobre os sistemas de apoio parental implementados na Ilha da Reunião. Desta análise resulta, por exemplo, a necessidade de se compreender a abordagem intercultural entre os órgãos educativos na assunção da relação família/escola, aprofundando o debate sobre políticas públicas no contexto sócio-histórico das necessidades da população da Ilha da Reunião.

Sofia Silva e Nuno Fraga apresentam o texto *O regime de autonomia e administração das escolas: do plano das intenções declaradas ao plano das ações. O caso da Região Autónoma da Madeira* que visa compreender, por um lado, o enquadramento

jurídico-normativo do regime de autonomia e administração das escolas dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e secundário da rede pública da Região Autónoma da Madeira (RAM) e, por outro, analisar o nível das ações e das práticas. Concluem que, não obstante o discurso descentralizador e autonómico, não se verifica uma alteração significativa quer das políticas da administração central, quer das práticas das próprias escolas, assistindo-se a uma mera execução periférica das decisões definidas pelo poder central.

Rachid Oulahal, com o texto *Educação nas regiões ultraperiféricas francesas:*

A interculturalização como base para um trabalho de memória necessário?, procura compreender as disparidades existentes entre as diversas RUP francesas analisando questões educacionais atuais com as quais o governo francês se defronta. O autor destaca a importância da memória, tanto individual como coletiva, e como uma perspetiva intercultural poderia ser vista como base para um trabalho de memória necessário para um sistema educativo mais adequado.

Natalina Cristóvão em *A preservação da herança cultural e da identidade através do currículo* amplia os resultados de uma investigação que realizou entre os anos de 2009 e 2013 na Região Autónoma da Madeira, na tentativa de perceber o papel do currículo na preservação da identidade cultural. O estudo justificou-se pelo seu contributo original no campo do currículo, mediante uma investigação pioneira e inédita no que diz respeito à articulação entre o currículo, a identidade e o património musical madeirense. Do estudo, destacou os principais resultados, tais como: o reconhecimento da importância da construção curricular local; a integração de componentes regionais e locais no currículo como prática comum a todos os professores; as atividades práticas e a valorização dos saberes dos alunos são elementos determinantes para a sua motivação; carência de formação no âmbito do projeto Regionalização do Currículo de Educação Musical (RCEM); a música vista como veículo de identidade.

Maria João Carvalho e Luciana Joana, no artigo *Distância espacial e distância social: a racionalidade da educação periférica*, apresentam um trabalho de natureza reflexiva com o propósito de abordar a problemática da educação nas regiões e nas escolas de periferia a partir dos conceitos de equidade e justiça na educação, o que só é possível fazendo uma incursão pelas políticas educativas que expressam a hegemonia da racionalidade instrumental, fazendo do mercado o seu princípio orientador.

Ana Antunes, María J. Dorta e África Borges, com o texto *Alunos com altas habilidades intelectuais (ALCAIN) na Comunidade Autónoma das Canárias: Um importante desafio educacional na atualidade*, procuram conhecer o estado atual da identificação dos alunos ALCAIN salientando que os mesmos necessitam de uma resposta educativa adequada para desenvolver o seu potencial. Analisaram dados referentes a 8172 alunos ALCAIN fornecidos pela Direção Geral de Ordenamento, Inovação e Qualidade, da Secretaria da Educação, Universidades, Cultura e Desportos do Governo das

Canárias. Concluíram que grande parte dos alunos ALCAIN permanece sem identificar e, portanto, sem receber a resposta educativa necessária, pelo que esta intervenção é um importante desafio para a Educação nas Ilhas Canárias.

Referências

- Freire, P. (1997). *Política e Educação*. (3.ª ed.). Cortez.
- Freire, P. (2002). *Extensão ou Comunicação?* (12.ª ed.). Editora Paz e Terra.
- Freire, P. (2018). *Pedagogia do Oprimido*. Edições Afrontamento.
- Han, B-C. (2017). *Sobre o Poder*. Relógio D'Água.
- Comissão Europeia. (s.d) *A política regional e as regiões ultraperiféricas*. https://ec.europa.eu/regional_policy/pt/policy/themes/outermost-regions/
- Santos, B. S. (2018). *O Fim do Império Cognitivo. A afirmação das epistemologias do Sul*. Almedina
- Teodoro, A. (2001). *A Construção Política da Educação. Estado, mudança social e políticas educativas no Portugal contemporâneo*. Edições Afrontamento.

Nuno Fraga

Universidade da Madeira

E-mail: nfraga@staff.uma.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3382-6357>